



José Gabriel Ávila*

Autoritarismo e democracia

O tempo que atravessamos é rico em gestos, ações e afirmações simbólicas de que a humanidade atravessa tempos conturbados.

A pandemia não explica tudo, se bem que é fácil constatar que a humanidade não estava preparada para enfrentar as consequências desse flagelo que dizimou milhões de pessoas. Nem numa perspetiva sanitária, muito menos nos efeitos psicológicos que afetaram todas as faixas etárias.

Como em tudo, os mais resilientes tentam ultrapassar essas situações difíceis, cientes de que importa ir à luta, fazer das tripas coração, porque há mais vida para além do maldito vírus.

Nesta fase de transição, quando tudo se encaminhava para o pós-pandemia abrindo novas perspetivas para a recuperação e integração da humanidade num novo-normal, eis que rebenta o conflito na fronteira da Europa, entre povos-irmãos, despoletado e incentivado por uma conceção dominadora da Rússia, cuja génese ideológica remonta aos finais do século XIX e já originou os dois últimos grandes conflitos mundiais.

Estávamos bem longe de entender que os avisos premonitórios do líder russo faziam parte de uma estratégia há muito delineada para recuperar o domínio militar da URSS sobre o mundo.

Num clima de desanuviamiento militar decorrente do termo da guerra fria, esperava-se que os povos oprimidos, silenciados nas suas liberdades, já não mantivessem resquícios de culturas imperialistas que rejeitam princípios democráticos, orientadores dos processos de governação dos estados e da defesa intransigente da justiça e do bem-comum dos povos.

O conflito militar que está a desenrolar-se na Ucrânia é a prova evidente de que o direito internacional não é um património adquirido e respeitado, e que os acordos de paz, normalmente assinados com pompa e circunstância, podem, de um momento para o outro, ser revogados sem aviso prévio, ao belo-prazer dos dirigentes dos povos.

Esta infidelidade à palavra dada ameaça a credibilidade das instituições, mesmo as mais universais como a ONU e levanta uma série de incertezas no cidadão comum: o exercício do poder passa a ser autocrático e tirânico e o discurso político deixa de ser mobilizador e torna-se demagógico e anti-democrático.

Ainda esta semana um governante da nossa praça foi disso exemplo: abespinhou-se contra uma instituição de imigrantes por esta ter questionado se havia ou não uma estratégia delineada para receber refugiados. Em resposta à livre opinião foi respondido, em tom autoritário que cabia ao executivo, e só a ele, decidir o quê e quando fazer...

Comportamentos destes revelam que, mesmo em regimes democráticos e até em instituições de grande influência no tecido social, as ati-

tudes prepotentes são uma pecha de quem se sente proprietário/dono do poder do povo.

Só que, se levadas ao extremo, apoiadas por forças militares mortíferas, são um desastre, uma calamidade, como a situação que estamos a assistir.

Era bom que os agentes políticos tivessem o bom-senso de ajuizar os seus comportamentos públicos e de moderá-los na sobriedade do discurso.

De contrário, está-se a legitimar atuações indesejáveis que degeneram, normalmente, em conflitos de toda a espécie.

2. Nesta ordem de ideias, cabe aos governantes, aos agentes de ensino e educação, às instituições políticas, religiosas, culturais, sociais e económicas repensar o modo como comunicam e intervêm junto da opinião pública.

Mais do que nunca, os direitos à vida e às liberdades confrontam-se hoje com poderes políticos discricionários sem senso nem escrúpulos, com a força das armas e injustiças de toda a ordem, com a falta de respeito e o desinteresse e até opressão dos mais frágeis, marginalizados e espoliados.

A sociedade em que vivemos, rege-se por normas economicistas e neoliberais que acautelam os interesses dos poderosos, com determinação e eficácia. Por norma, não é tão lesta e corajosa na defesa dos direitos dos fracos e impotentes, atingidos por guerras que não despoletaram, não alimentam e nunca desejaram.

A História dos grandes conflitos mundiais e a do atual está à vista, tem na sua génese, o objetivo do domínio alheio, da expansão, do poder sem olhar a meios, nem a mortes e sacrifícios dos povos indefesos.

Os senhores e vencedores da guerra protegem-se de todos os perigos. São os heróis. A soldadesca e o povo são carne para canhão e o seu último repouso é na vala comum, onde todos somos iguais.

Só quem viveu em situações de guerra, como a que aconteceu nas ex-colónias portuguesas durante mais de uma década, sabe como estas considerações são verdadeiras.

A paz é um valor inestimável que vale a pena preservar a todo o custo, desde que alicerçada na liberdade, na justiça, no desenvolvimento dos povos, na democracia e no bem-comum. É por isso que é uma conquista diária e um bem imprescindível.

<http://escritemdia.blogspot.com>

*Jornalista c.p.239 A

